



Trabalhadores por conta própria têm as maiores jornadas no país

Inflação cai a 2,6% na Argentina após 10 meses seguidos de aceleração

Página 4

Desemprego mais longo cai 21,7% e é o menor já registrado pelo IBGE

Página 4

Os trabalhadores por conta própria são os que têm as maiores jornadas no país, com média de 45 horas por semana. Esse tempo supera em mais de cinco horas a carga de trabalho dos empregados do setor público e da iniciativa privada.

Enquanto a média dos ocupados ficou em 39,2 horas, a dos empregados alcançou 39,6 horas. Já os empregadores tinham jornada média de 37,6 horas.

A constatação faz parte da

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua Trimestral, divulgada na quinta-feira (14) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Aos dados são referentes ao primeiro trimestre de 2026.

A Pnad apura o comportamento no mercado de trabalho para pessoas com 14 anos ou mais e leva em conta todas as formas de ocupação, seja com ou sem carteira assinada, temporário e por conta própria, por exemplo. Página 3

Procon-SP lança consulta virtual para identificar hábitos dos consumidores sobre medicamentos

O Fundação Procon-SP abriu uma consulta pública online para identificar os hábitos e a percepção dos consumidores em relação à compra de medicamentos. A participação é gratuita e pode ser feita pelo site do órgão.

Entre os temas abordados no questionário estão o comportamento do consumidor diante de medicamentos prescritos, a escolha entre remédios de referência e genéricos, além da busca por informações e comparação de preços antes da compra.

Pesquisa aborda consumo e acesso à informação

O levantamento também busca entender quais critérios influenciam a escolha do ponto de venda e como os consumidores avaliam as informações disponíveis sobre os medicamentos.

Segundo o Procon-SP, o questionário integra uma pesquisa já tradicional realizada pelo órgão, que completa 50 anos em 2026. A consulta foi dividida em diferentes etapas e reúne perguntas relacionadas ao preço dos medicamentos, confiança nas informações apresentadas e formas de pesquisa utilizadas pelos consumidores.

Resultados serão divulgados em junho

A consulta pública ficará disponível até o dia 29 deste mês. Os resultados devem ser divulgados ao longo de junho. De acordo com o órgão, a participação dos consumidores contribui para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas à transparência nas relações de consumo e à ampliação das orientações prestadas à população.

“O consumidor tem papel fundamental na construção de políticas públicas mais justas e transparentes. Saber como ele se comporta, que dúvidas tem e como se informa é essencial para que o Procon-SP ofereça melhores orientações e defenda seus direitos de forma eficaz”, informou o órgão. (Governo de SP)

DÓLAR	
Comercial	
Compra: 4,98	
Venda: 4,98	
Turismo	
Compra: 5,00	
Venda: 5,18	
EURO	
Compra: 5,82	
Venda: 5,82	

Superávit do agro paulista registra US\$ 6,45 bilhões de janeiro a abril de 2026



Foto/Divulgação/Governo de SP

Página 2

STF julga validade de lei da igualdade salarial entre homem e mulher

Página 6

Grupo Dolly desiste de recuperação judicial e busca acordo com credores fora da Justiça

Página 4

Com investimento de R\$ 42 milhões, Prefeitura de SP lança nova fase do Ver e Aprender e amplia programa de saúde visual nas escolas

Página 2

Esporte

Pilotos da GP600 destacam desafios do circuito de Goiânia após modernização

O MOTO1000GP realiza no dia 24 de maio, em Goiânia (GO), o GP Triumph, segunda das oito etapas da temporada 2026. O fim de semana no Autódromo Internacional Ayrton Senna contará com 10 corridas distribuídas em sete categorias e marcará a primeira passagem do campeonato pelo circuito após a conclusão das obras de modernização. As intervenções incluíram novo asfalto, ampliação da largura da pista, reconfiguração das áreas de escape e melhorias estruturais em diferentes setores do autódromo.

As mudanças no traçado criam um novo cenário de adaptação para os pilotos do Campeonato Brasileiro de Motovelocidade. Parte do grid participou do Desafio dos Campeões, evento realizado para homologação da pista após as reformas, e chega à etapa goiana com referências iniciais sobre o novo comportamento do circuito, que agora oferece velocidades mais altas, menos referências visuais e novos desafios de adaptação.

Entre os pilotos que chegam à etapa com experiência no novo traçado está Pedro Valiente, campeão da GP600 em 2024 e que retornou ao campeonato nesta temporada após competir na Europa em 2025. O piloto paraguaio iniciou o ano com a quarta colocação em Interlagos e acredita que o conhecimento adquirido durante a homologação poderá fazer diferença no desempenho ao longo do fim de semana.

“Essa etapa em Goiânia será novamente com pista e asfalto novos depois do Desafio dos

Campeões. Espero que agora esteja tudo em perfeitas condições. Já temos um bom setup para a moto, então a ideia não é buscar grandes mudanças de relação ou suspensão, mas sim nos acostumarmos rapidamente com a pista para encontrar ritmo e tempo desde o início do fim de semana. No Desafio dos Campeões consegui andar bem e fiquei pensando em pontos onde ainda dá para melhorar. A expectativa é de tempos mais rápidos agora, porque a pista deve estar mais limpa, e a ideia é brigar entre os primeiros colocados”, afirma.

Cauã Rodrigues também participou da homologação do circuito após as reformas. Campeão da Daytona 660 Cup em 2025, o brasileiro faz neste ano sua estreia na GP600 e iniciou a temporada com vitória em Interlagos. O piloto disputa a categoria com a Triumph Street Triple 765 RS.

“Chego para a etapa de Goiânia muito motivado depois da vitória em Interlagos na GP600 com a Street Triple 765 RS. É sempre especial vir de um resultado positivo, isso dá ainda mais confiança para o trabalho. Eu já conhecia o circuito antes da reforma e tive a oportunidade de participar da homologação, então deu para ter uma primeira noção das mudanças. Agora, com a pista oferecendo menos referências visuais, a preparação muda bastante, exige mais adaptação, mais foco em feeling e leitura rápida a cada volta. Tenho trabalhado bem nisso, tanto na parte técnica quanto na mental, para chegar o mais preparado possível. A expectativa é boa e a ideia é manter o ritmo forte desde o início do fim de semana”, completa.

O fim de semana de velocidade contará com as categorias



Foto: MOTO1000GP

Pedro Valiente esteve presente na homologação do circuito goiano

GP1000, GP600, GP Light, Daytona 660 Cup, Yamaha R3 BLU CRU América Latina nas classes Cup e Talent, além da Yamaha R15 BLU CRU América Latina. A programação de pista terá início na sexta-feira, 22 de maio, com os treinos livres. No sábado, 23, serão realizadas as sessões classificatórias de todas as categorias, além das primeiras corridas da etapa. No domingo, 24, os pilotos voltam à pista para a segunda corrida das categorias que competem em rodada dupla, além das provas das demais categorias.

Além das disputas, o público terá acesso a ativações e experiências ao longo do evento, como o Mottu Experience, voltado a motociclistas habilitados, o espaço Mottu Company com exposição de produtos e o tradicional moto passeio realizado no domín-

go, que reúne participantes em uma volta coletiva no circuito. A estrutura contará ainda com praça de alimentação, lojas oficiais e estacionamento gratuito para carros e motos.

INGRESSOS CREDENCIAIS

A compra antecipada das credenciais Club GP VIP e Club GP Paddock garante um bonê oficial do MOTO1000GP, e os Combos Família oferecem quatro acessos com valores especiais. Os ingressos estão disponíveis no Sympla, com opções para diferentes experiências a partir de R\$15,00.

O evento oferece estacionamento gratuito (sem seguro) para carros e motos em todas as categorias de ingresso. Para mais informações e aquisição de ingressos, acesse www.m1gp.com.br. O MOTO1000GP, que é o

Campeonato Brasileiro de Motovelocidade, segue todos os protocolos de segurança exigidos pela Confederação Brasileira de Motociclismo (CBM) e pela Federação Internacional de Motociclismo (FIM). O campeonato conta com o patrocínio da Yamaha, Triumph, Honda, Motul, Pirelli, Suhai Seguradora, Shoei, Diálogo Engenharia, Mottu e Tutto Moto e o apoio da Revista Duas Rodas. As corridas são transmitidas no canal do YouTube do MOTO1000GP, no BandSports em rede nacional e em sete países pelo canal New Brasil, também do Grupo Bandeirantes de Comunicação, além do Canal RACER Brasil. A GP1000 by Motul tem transmissão ao vivo da corrida principal, no domingo, em rede aberta pela TV Gazeta.

Superávit do agro paulista registra US\$ 6,45 bi de janeiro a abril de 2026

O agronegócio paulista registrou superávit de US\$ 6,45 bilhões nos quatro primeiros meses de 2026. Exportações que somaram US\$ 8,47 bilhões impulsionaram o resultado, frente a US\$ 2,02 bilhões em importações. No primeiro quadrimestre, o setor respondeu por 39% do total das exportações do estado, enquanto as importações representaram 7,1% do total estadual.

"O agro paulista segue mostrando sua força mesmo em um cenário internacional desafiador. O crescimento das exportações de carnes, soja e produtos florestais mostra a competitividade do nosso produtor, a qualidade da nossa produção e a capacidade de São Paulo de seguir abrindo

mercados e gerando superávit para a economia brasileira", destacou o secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, Geraldo Melo Filho.

O mês de abril de 2026 registrou exportações de US\$ 2,40 bilhões. O diretor da APTA, Carlos Nabil, afirma que este resultado é 10,4% superior ao observado no mesmo mês do ano anterior: "Apesar das oscilações do mercado internacional, abril mostrou recuperação nas exportações do agro paulista, com destaque para carnes, produtos florestais e soja".

O complexo sucroalcooleiro foi responsável por 21,8% do total exportado pelo agro paulista, totalizando US\$ 1,85 bilhão. Desto total, o açúcar representou

94,1% e o álcool etílico, etanol, 5,9%. O setor de carnes veio logo em seguida com 16,7% das vendas externas do setor, totalizando US\$1,42 bilhão, com a carne bovina respondendo por 82,9%.

Produtos florestais representaram 13,5% do volume exportado, com US\$1,14 bilhão, com 66,3% de celulose e 27,9% de papel. O complexo soja, teve participação de 12,8% do total exportado, registrando US\$1,08 bilhão, 85,3% referentes à soja em grão e 9,1% de farelo de soja.

Sucos responderam por 7,9% de participação, somando US\$671,82 milhões, dos quais

96,5% são referentes ao suco de laranja. Esses cinco grupos representaram, em conjunto, 72,9% das exportações do agronegócio paulista.

E na sexta posição fica o café, com 6,6% de participação na pauta de exportações, somando US\$556,52 milhões, 68,4% referentes ao café verde e 27,5% de café solúvel.

Vale dizer que as variações de valores, em comparação com o mesmo período do ano passado, apontaram aumentos das vendas aos grupos de produtos florestais (+18,7%), carnes (+16,8%), complexo soja (+9,2%) e quedas

nos grupos de sucos (-39,7%), sucroalcooleiro (-14,8%) e café (-14,9%). Essas variações nas receitas do comércio exterior são derivadas da composição das oscilações tanto de preços como de volumes exportados.

Principais destinos das exportações

A China segue sendo o principal destino das exportações, com 27% de participação, adquirindo principalmente produtos do complexo soja, carnes, florestais e fibras têxteis. A União Europeia vem em seguida com 15,3% de participação, e os Esta-

dos Unidos somaram 10,3% de participação.

No cenário nacional, o agronegócio paulista ocupa o 2º lugar no ranking de exportações, com 15,5% de participação, logo atrás de Mato Grosso (20,7%).

A análise da balança comercial do agronegócio paulista é elaborada mensalmente pelo diretor da Apta, Carlos Nabil Ghorbri, e os pesquisadores José Albeno Angelo e Marli Dias Mascarenhas Oliveira, do Instituto de Economia Agrícola (IEA-Apta), vinculado à Secretaria de Agricultura e Abastecimento de São Paulo. (Governo de SP)

Governo de SP investe em novas creches e amplia vagas para a primeira infância

Entre janeiro de 2023 e abril de 2026, a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (Secad-SP) entregou 92 unidades do Programa Creche Escola. Em 40 meses de gestão, o investimento do Governo do Estado de São Paulo nas creches soma mais de R\$ 255 milhões e possibilitou a abertura de 12,3 mil vagas na educação infantil em 90 cidades paulistas. Outras 53 creches estão com obras em andamento.

As unidades escolares impulsionam o desenvolvimento das crianças e garantem às mães a segurança necessária para trabalhar e estudar com tranquilidade. Ao saber que o filho está bem cuidado, aprendendo e recebendo alimentação adequada, a mãe pode direcionar sua energia para si e para seus projetos. Essa é a realidade vivida por Aryadne Rayala de Oliveira Pelayo, psicóloga organizacional e mãe de João Gabriel Pelayo, de 6 meses de idade, matriculado na Creche Municipal de Educação Infantil Senhora Neuzia Facincani Zarpelon, inaugurada em 2026 ano em Santa Clara d'Oeste. Aryadne é mãe ainda de Alana Pelayo, de 7 anos de idade, aluna de uma escola municipal na mesma cidade.

A mãe já percebe os avanços no desenvolvimento do filho e destaca que a rotina estruturada contribui para um dia a dia mais organizado e tranquilo. Com os filhos estudando, Aryadne consegue se dedicar ao trabalho. "O coração de mãe sempre aperta, mas, no mundo em que vivemos hoje, é comum que a mulher também trabalhe fora de casa. Mes-



Foto: Divulgação/Governo de SP

Considerando todas as obras em prédios escolares, investimento da gestão ultrapassou R\$ 3,3 bilhões

mo com o coração apertado, seguimos nossa rotina diariamente, que é muito corrida. Hoje trabalho tranquila, pois sei que eles estão bem amparados", relata.

Em toda a rede, em 40 meses, já foram investidos R\$ 3,3 bilhões em 7.114 obras de escolas. As intervenções contemplaram 3.574 prédios escolares de 576 municípios.

A Secad, por meio da Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE), realizou construção de escolas e creches, reformas de acessibilidade, melhoria na infraestrutura e climatização das escolas estaduais do Estado. Outras 1.100 novas obras estão em andamento.

Fabrizio Moura Moreira, presidente da FDE, destaca o aporte em infraestrutura escolar na gestão do governador Tarcísio de Freitas. "Esses investimentos são muito importantes para ga-

rantir que o nosso estudante e o nosso professor tenham boas condições para que o processo de ensino e aprendizagem possa acontecer. A gente está muito focado em reformar e melhorar as condições das nossas escolas, investindo em todos os programas para garantir que as escolas estaduais estejam em plenas condições para receber os nossos estudantes".

Ele ressaltou também o papel do estado na parceria com as prefeituras gerando vagas na educação infantil. "Foram destinados R\$ 255 milhões para creches, investimento para que as crianças possam ter um bom acolhimento e se desenvolver desde pequenas. E os pais conseguem sair para trabalhar com tranquilidade, sabendo que seus filhos estão sendo bem cuidados".

Por incentivo da mãe, Quitéria Ana Barros de Almeida, Priscila de Almeida se tornou profes-

so e leciona língua portuguesa na Escola Estadual Professora Mathilde Teixeira de Moraes, em Bragança Paulista. "Sou apaixonada pela minha profissão e devo tudo isso ao incentivo da minha mãe", conta ela. A matriarca dedicou sua vida profissional como servente na Escola Municipal Professora Iracema Cunha Lima, em Tuiuti, e este ano foi homenageada ao dar o nome à nova Creche Municipal Quitéria Ana Barros de Almeida, no mesmo município.

"Sinto uma emoção profunda, misturada com gratidão e orgulho. Minha mãe sempre foi exemplo de força, cuidado e dedicação, valores que combinam perfeitamente com a Creche Escola, onde o carinho e a educação caminham juntos. Ver o nome dela eternizado ali é como ver a sua essência de continuar acolhendo, inspirando e protegendo tantas famílias e ela sempre foi uma 'mãezona', não somente minha, mas das minhas amigas e todos os alunos que passaram pelo caminho dela", relata Priscila, que é mãe do Matheus, de 15 anos de idade, e de Helena, de 1 ano.

O filho mais velho estudava na escola na EE Professor José Tavares, onde a mãe dele também frequentou e se formou. O aluno conquistou uma vaga no projeto Pronto por Mundo e, no segundo semestre de 2026, irá para o Canadá. "Um menino de ouro, não por ser meu, mas onde passa é logiado e grande parte dessa educação devo à minha mãe, que me ajudou muito: enquanto eu estudava ela cuidava dele. Imagina o orgulho da Vovó Quiqui". (Governo de SP)

Com investimento de R\$ 42 milhões, Prefeitura lança nova fase do Ver e Aprender e amplia programa de saúde visual nas escolas

A Prefeitura de São Paulo lançou na quinta-feira (14) a segunda fase do programa Ver e Aprender, iniciativa de saúde visual nas escolas municipais que receberá investimento de R\$ 42 milhões para ampliar o atendimento oftalmológico gratuito a estudantes da rede municipal e, pela primeira vez, também aos alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA), dos Centros Integrados de Educação de Jovens e Adultos (CIEJA) e do Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (MOVA).

A nova etapa prevê atendimento para mais de 300 mil crianças e adolescentes da rede municipal, além de cerca de 37,5 mil estudantes da educação de jovens e adultos.

O lançamento ocorre após a conclusão da primeira fase do programa, a maior ação de saúde visual já realizada na Rede Municipal de Ensino. Desde novembro de 2023 até abril deste ano, a iniciativa realizou mais de 290 mil avaliações, encaminhou 82 mil estudantes para consultas oftalmológicas e entregou gratuitamente mais de 66 mil óculos. Ao todo, 620 escolas das 13 Diretorias Regionais de Educação participaram da ação.

Durante cerimônia realizada no auditório do Edifício Matarazzo, sede da Prefeitura, o prefeito Ricardo Nunes destacou o impacto social da iniciativa e os resultados identificados ao longo da primeira etapa, já que tudo é "100% bancado pela Prefeitura", assim como o fornecimento de óculos e a realização das cirurgi-

as. "A gente está dando oportunidade para as pessoas que não teriam. Sabemos que muitos têm dificuldades financeiras e não conseguem fazer os exames. Com isso, a gente consegue fazer uma cidade verdadeiramente acolhedora, não só no discurso, mas na realidade. Fazer com que 66 mil crianças possam ter os seus olhos e melhor o desempenho nos estudos vai ajudar demais", destacou o prefeito Ricardo Nunes.

Ele explicou que os equipamentos levados para as escolas são de alta precisão. "Ali já é diagnosticado se a criança tem necessidade de óculos, se tem uma necessidade de fazer uma cirurgia", explicou o prefeito.

Com investimento de cerca de R\$ 43 milhões na primeira etapa, os atendimentos permitiram identificar situações muito importantes, desde casos em que as crianças precisavam de óculos e cirurgias até casos de alergias oftalmológicas e doenças raras e graves. "Por isso, realizar esse tipo de exame ainda na infância é fundamental para garantir diagnóstico precoce e tratamento adequado", disse o prefeito.

Nunes revelou um outro número alarmante, que reforça a importância do programa. "Os dados mostram que cerca de 30% dos estudantes precisaram de óculos ou de acompanhamento especializado, incluindo cirurgias. Isso significa dar a essas crianças a oportunidade de corrigir problemas de visão, melhorar o aprendizado e construir um futuro com mais



Foto: Divulgação/Prefeitura de SP

oportunidades." A expectativa inicial era de que cerca de 20% dos estudantes avaliados apresentassem necessidade de correção visual ou de acompanhamento especializado. No entanto, os dados consolidados da primeira fase apontaram índice superior a 30%, revelando uma demanda reprimida maior do que a estimada inicialmente.

A iniciativa é realizada em parceria entre as secretarias municipais de Educação e Saúde e o Instituto Suel Abujamra, referência em oftalmologia pelo SUS na capital paulista.

Presidente do instituto, Caio Abujamra afirmou que o programa criou um modelo inédito de atendimento oftalmológico dentro das escolas.

"O que a gente está entregando aqui hoje é um projeto que nunca foi feito em nenhum lugar do mundo. Nós conseguimos desenhar um protocolo completo no qual nenhuma patologia ou qualquer problema que possa

comprometer a visão está sendo deixado de lado", afirmou. Segundo ele, o diferencial da iniciativa está em levar o atendimento especializado diretamente ao ambiente escolar. "Hoje, nós temos o projeto de saúde visual mais completo e estruturado que nunca foi feito em nenhum lugar do mundo. A gente está levando o médico para dentro das escolas, algo que nunca foi feito", destacou.

Durante o processo, estudantes de 6 a 17 anos passaram por triagem, consultas, exames especializados e acompanhamento médico, incluindo procedimentos cirúrgicos quando necessários. Os alunos que receberam prescrição para uso de óculos puderam escolher gratuitamente as armações com apoio de técnicos especializados responsáveis pela adaptação adequada ao rosto de cada estudante.

Além do impacto na saúde, escolas relataram melhora no desempenho pedagógico dos alunos atendidos. (Prefeitura de SP)

CESAR NETO

www.jornalistacesarneto.com

CÂMARA (São Paulo)
O caso do banco Master vale pra vereadores(as) e demais cargos : nossos piores inimigos(as) não são os(as) assumidos(as). Ou somos nós, ou alguém da família, ou falsos amigos(as), ou falsos cristãos e cristãs ...

PREFEITURA (São Paulo)
O caso do banco Master vale pra prefeitos(as), vices e demais cargos : nossos piores inimigos(as) não são os(as) assumidos(as). Ou somos nós, ou alguém da família, ou falsos amigos(as), ou falsos cristãos e cristãs ...

ASSEMBLEIA (São Paulo)
O caso do banco Master vale pra deputados(as) e demais cargos : nossos piores inimigos não são os(as) assumidos(as). Ou somos nós, ou alguém da família, ou falsos amigos(as), ou falsos cristãos e cristãs ...

GOVERNO (São Paulo)
O caso do banco Master vale pra governadores, vices e demais cargos : nossos piores inimigos não são os(as) assumidos. Ou somos nós, ou alguém da família, ou falsos amigos(as), ou falsos cristãos e cristãs ...

CONGRESSO (Brasil)
O caso do banco Master vale pra deputados(as), senadores(as) e demais cargos : nossos piores inimigos não são os(as) assumidos. Ou somos nós, ou alguém da família, ou falsos amigos(as), ou falsos cristãos e cristãs ...

PRESIDÊNCIA (Brasil)
O caso do banco Master vale pra presidentes, vices e demais cargos : nossos piores inimigos não são os(as) assumidos. Ou somos nós, ou alguém da família, ou falsos amigos(as), ou falsos cristãos e cristãs ...

PARTIDOS (Brasil)
O caso do banco Master vale pra dirigentes partidários e demais filiados(as) : nossos piores inimigos não são os(as) assumidos(as). Ou somos nós, ou alguém da família, ou falsos amigos(as), ou falsos cristãos e cristãs ...

JUSTIÇAS (Brasil)
O caso do banco Master vale pra advogados(as) e demais carreiras jurídicas : nossos piores inimigos não são os(as) assumidos(as). Ou somos nós, ou alguém da família, ou falsos amigos(as), ou falsos cristãos e cristãs ...

ANO 34
O jornalista Cesar Neto faz uso da Inteligência Espiritual. Na imprensa (Brasil) desde 1993, nosa coluna [diária] de política recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara (SP) e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia (SP) ... por ter se tornado referência das Liberdades [Concedidas por DEUS] ... X @cesarnetoreal

cesar@jornalistacesarneto.com

A PALAVRA - "Não sabeis vós que sois o templo de Deus e que o Espírito de Deus habita em vós?" 1 Coríntios 3:16

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação **Assinatura on-line**
Mensal: R\$ 20,00

Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar - Bela Vista - SP
CEP: 01332-030
Filial: Curitiba / PR

Publicidade Legal
Atas, Balanços e Convocações
Fone: 3258-1822
Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R\$ 3,50

Agências de notícias

Agência Brasil - EBC Governo de São Paulo
Notícias Agrícolas Prefeitura de São Paulo
Folhapress

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Trabalhadores por conta própria têm as maiores jornadas no país

Os trabalhadores por conta própria são os que têm as maiores jornadas no país, com média de 45 horas por semana. Esse tempo supera em mais de cinco horas a carga de trabalho dos empregados do setor público e da iniciativa privada.

Enquanto a média dos ocupados ficou em 39,2 horas, a dos empregados alcançou 39,6 horas. Já os empregados tinham jornada média de 37,6 horas.

A constatação faz parte da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua Trimestral, divulgada na quinta-feira (14) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Aos dados são referentes ao primeiro trimestre de 2026.

A Pnad apura o comportamento no mercado de trabalho para pessoas com 14 anos ou mais e leva em conta todas as formas de ocupação, seja com ou sem carteira assinada, temporário e por conta própria, por exemplo.

Conta própria
O IBGE classifica como conta própria "a pessoa que trava-

lha explorando o seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com ajuda de trabalhador não remunerado de membro da unidade domiciliar em que reside".

De acordo com o instituto, o Brasil tem 25,9 milhões de trabalhadores por conta própria, o que representa 25,5% da população ocupada no primeiro trimestre de 2026. Exemplos bem comuns são motoristas e entregadores por aplicativo.

O levantamento traz informações também da categoria "trabalhador auxiliar familiar", aquela pessoa que trabalha ajudando alguém da família em um negócio, atividade agrícola, comércio ou outro trabalho, sem receber pagamento em dinheiro. Essa classe apresentou jornada média de 28,8 horas por semana no primeiro trimestre de 2026.

Limites trabalhistas
O analista da pesquisa, William Kratochwill, assinala que os trabalhadores classificados como empregados não ultrapassam, na média, os limites máximos de jornada por causa de proteções trabalhistas.

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) estabelece que a jornada máxima de trabalho semanal é de 44 horas, limitadas a oito horas por dia, sendo permitidas até duas horas extras diárias.

Há exceções como a escala de 12 horas de trabalho por 36 de descanso, comum em categorias como a dos profissionais da saúde.

"Mesmo que o trabalhador não seja formalizado, há uma tendência do mercado de seguir o padrão da lei", diz Kratochwill.

No entanto, ele destaca que esse padrão não se estende para trabalhadores por conta própria e empregadores.

"Se quiser trabalhar 24 horas por dia, ele pode, não tem nada que o impeça, a não ser a sua própria limitação."

O analista ressalta que os empregadores conseguem delegar funções.

"Tem pessoas que trabalham para ele. Talvez seja isso que estabeleça uma média de horas trabalhadas inferior à do empregado", sugere.

Mas para a conta própria, não há a chance de delegar trabalho, lembra o analista.

"Como não tem a quem delegar, provavelmente tem que trabalhar muito mais horas por semana para alcançar seus objetivos", conclui.

Debate nacional

As informações do IBGE são divulgadas trimestralmente e chegam no momento em que o país acompanha debates sobre a redução da jornada de trabalho (de 44 para 40 horas semanais) e o fim da escala de apenas uma folga na semana, a chamada de 6x1, sem redução salarial.

Tramitam no Congresso Nacional duas propostas de emenda à Constituição (PEC) que abordam o tema e um projeto de lei (PL), este de iniciativa do governo.

Na última quarta-feira (13), representantes do governo e da Câmara dos Deputados fecharam um acordo para aprovação das propostas que tramitam na Casa e estabelecem a escala 5x2. (Agência Brasil)

Brasiliana
Maurício Picazo Galhardo



Então olhei para o Brasil, e vi o campo...
- Quero saber apresenta:
"... o relatório do Departamento Econômico da Faesp, fundamentado em informações da CONAB e do CEPEA, aponta uma valorização nos preços de leite e algodão recebidos pelos produtores de São Paulo, enquanto a banana e os suínos enfrentaram uma queda. Leite e Algodão: cenário favorável. Na área de produtos lácteos, a escassez da oferta causada pela sazonalidade e a competição entre as empresas de lácteos pela compra de leite cru resultou em um aumento dos preços em março, superando 10%. No entanto, os valores atuais permanecem 13,3% abaixo da média observada no mesmo mês de 2025. O custo médio do algodão em pluma chegou à sua maior marca em nove meses, com um incremento de 9,3% em abril. Essa valorização foi impulsionada pelos preços altos no cenário internacional e pelo ritmo reduzido de vendas durante a entressafra. Banana e Suínos: desafio. Em contrapartida, a banana nanica teve uma diminuição de 21,7% em abril. Essa queda é atribuída ao aumento da safra, que elevou a oferta, além de dificuldades logísticas na distribuição da produção..."



Lucro do Banco do Brasil cai 54% com avanço da crise no agro

Pressionado pelo aumento na inadimplência do crédito rural, o Banco do Brasil (BB) registrou forte queda no lucro. Segundo balanço divulgado na quarta-feira (13), o lucro líquido ajustado da instituição somou R\$ 3,4 bilhões no primeiro trimestre de 2026, recuo de 54% em relação ao mesmo período do ano passado.

Além da piora nos resultados, o banco também reduziu a previsão de lucro para todo o ano de 2026.

Principais números:

Lucro líquido ajustado no primeiro trimestre: R\$ 3,4 bilhões, queda de 54% em 12 meses;

Provisão (reserva) para perdas: R\$ 16,8 bilhões, alta de 46% em 12 meses;

Carteira total de crédito: R\$ 1,3 trilhão, alta de 2,2% em um ano;

Crédito ao agro: R\$ 418,4 bilhões;

Inadimplência do agro: 6,22%, aumento de 3,5 pontos percentuais em 12 meses;

ROE (rentabilidade): 7,3%, queda de 9,4 pontos em 12 meses;

Lucro projetado para 2026: entre R\$ 18 bilhões e R\$ 22 bi-

lhões, contra previsão anterior de R\$ 22 bilhões a R\$ 26 bilhões.

Pressão do agro
O principal problema enfrentado pelo banco está no crédito rural. Segundo o BB, o aumento dos atrasos de pagamento entre produtores rurais elevou fortemente o custo do crédito e obrigou a instituição a reservar mais recursos para possíveis calotes.

A chamada reserva para perdas, dinheiro separado pelo banco para cobrir empréstimos com risco de calote, subiu para R\$ 16,8 bilhões em relação ao primeiro trimestre de 2025. Em nota, o banco afirmou que o aumento das perdas esperadas reflete principalmente a elevação da inadimplência nas operações com produtores rurais.

Inadimplência em alta

O índice de inadimplência acima de 90 dias no agronegócio chegou a 6,22% da carteira rural, avanço de 3,5 pontos percentuais em um ano. A inadimplência geral do banco ficou em 5,05%.

O setor agropecuário enfrenta dificuldades desde a quebra da safra de soja em 2024, após a produção recorde

registrada em 2023. O cenário provocou aumento de recuperações judiciais entre produtores rurais ao longo de 2024 e 2025.

Lucro menor

Diante do cenário mais difícil, o Banco do Brasil revisou para baixo sua projeção de lucro para 2026. A estimativa anterior previa resultado entre R\$ 22 bilhões e R\$ 26 bilhões. Agora, a expectativa caiu para uma faixa entre R\$ 18 bilhões e R\$ 22 bilhões.

Segundo o banco, a revisão considera:

Agravamento do risco no agronegócio;

Incertezas geopolíticas;

Impactos sobre a economia;

Piora nos indicadores macroeconômicos.

Rentabilidade cai

Outro indicador que mostrou deterioração foi o retorno sobre patrimônio líquido (ROE), usado pelo mercado para medir a rentabilidade dos bancos. A taxa caiu de 16,7% para 7,3% em 12 meses.

O resultado também ficou abaixo do registrado no último trimestre de 2025, quando o índice estava em 12,4%.

Medidas adotadas

Para tentar reduzir os impactos da crise no campo, o banco afirmou ter reforçado mecanismos de cobrança e renegociação de dívidas. Uma das iniciativas foi o programa BB Regulariza Dívidas Agro.

Segundo a instituição: foram renegociados R\$ 37,9 bilhões;

mais de 73 mil operações foram reapectadas;

cerca de 25,5 mil produtores rurais foram atendidos.

O banco também informou que ampliou o uso de garantias e aumentou ações judiciais para recuperação de crédito.

Carteira cresce

Apesar do cenário mais difícil, a carteira total de crédito do banco cresceu 2,2% em um ano e chegou a R\$ 1,3 trilhão. O segmento de pessoas físicas foi um dos destaques positivos, impulsionado principalmente pelo crédito consignado.

Os ativos totais do banco encerraram o trimestre em R\$ 2,6 trilhões, enquanto o patrimônio líquido alcançou R\$ 194,9 bilhões. (Agência Brasil)

Fim da escala 6x1 deve ser votado na Câmara dos Deputados em 27 de maio

A PEC (proposta de emenda à Constituição) pelo fim da escala 6x1 deve ser votada no plenário da Câmara dos Deputados no dia 27 de maio, segundo o presidente da comissão especial que debate a redução da jornada, deputado Alencar Santana (PT-SP).

O calendário prevê ainda votação do relatório na comissão um dia antes, em 26 de maio. Para isso, o governo fechou acordo com o presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), para que a redução da jornada seja de 44 horas semanais para 40 horas semanais e não para 36 horas, como prevem duas PECs em tramitação.

Há ainda o projeto de lei do governo, com redução de 44 horas para 40 horas semanais, implantação da escala 5x2 e sem diminuição de salário. Esse modelo deverá prevalecer na Constituição.

O deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), autor de uma das PECs pelo fim da escala 6x1, afirmou que pretende apresentar emenda ajustando seu projeto para que contemple as 40 horas semanais, mais fáceis de serem ajustadas à realidade atual.

Além disso, deixaria de lado o prazo de transição, prevista por ele para ocorrer em dez anos, ou em 360 dias, como na PEC da deputada Erika Hilton (PSOL-SP), que trouxe luz ao assunto em 2024, ao lado do Movimento VAT (Vida Além do Trabalho), ao tratar da redução nas redes sociais.

O relator da PEC, deputado Leo Prates (Republicanos-BA), no entanto, afirma que poderá prever um período de transição para alguns setores.

Os deputados participaram de audiência pública no Palácio do Trabalhador, na região central da capital paulista, na quinta-feira (14). A reunião faz parte das audiências itinerantes propostas pelos parlamentares para cumprir a cota de audiências necessárias para aprovação de PEC.

Além de Santana e Lopes, também estão presentes o re-

lator das PECs, deputado Leo Prates (Republicanos-BA), o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, a ex-ministra do meio ambiente, Marina Silva (Rede), o deputado Paulinho da Força (SD-SP) e os presidentes das centrais sindicais.

Em seu discurso, o ministro Luiz Marinho voltou a dizer que não haverá nenhuma compensação financeira ou de impostos a empresas pelo fim da escala 6x1. "Não há qualquer possibilidade de isenção tributária ou fiscal. Redução se discute falando de produtividade, falando de ambiente de trabalho. E qual ambiente que temos hoje? Muitas vezes é um ambiente hostil", disse.

O ministro afirmou tratar-se de bobagem esse pedido. "Para com essa bobagem de pedir compensação financeira, de compensação de impostos, porque isso não vai acontecer. Isso não está no debate."

O relator da PEC fez questão de destacar que não é de esquerda e que terá "longa agenda" com o setor empresarial antes de fechar o texto para votação. Segundo ele, no entanto, o debate sobre o fim da escala 6x1 tem a ver com um movimento mundial, em especial liderado pela juventude.

Trata-se de um debate mundial, especialmente entre os jovens. Na China, há o movimento 'fique deitado' e não vá competir. Não sou de esquerda. O relatório não será contra ninguém, mas nos temos lado, é o lado das pessoas", disse.

Para ser aprovada, a PEC precisa de 308 votos favoráveis dos deputados em duas votações e de 49 votos dos senadores em outras duas votações. Com isso, se for aprovada na Câmara no final de maio, a intenção é votar a medida no Senado no início de junho e, até o dia 15, ter a promulgação da nova jornada.

Se for aprovada na Câmara no final de maio, a intenção é votar a medida no Senado no início de junho e, até o dia 15, ter a promulgação da nova jornada. (Folhapress)

Uso do FGTS para pagar dívidas no Desenrola começa no dia 25

Os trabalhadores poderão consultar, a partir de 25 de maio, o saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) disponível para renegociação de dívidas no Novo Desenrola Brasil, informou o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

A nova modalidade permitirá o uso de até 20% do saldo do fundo ou até R\$ 1 mil, prevalecendo o maior valor, para amortização ou quitação de débitos em atraso. A expectativa do governo é movimentar até R\$ 8,2 bilhões em recursos do FGTS por meio do programa.

Segundo o governo federal, a adesão será feita diretamente pelas instituições financeiras após autorização do trabalhador no aplicativo do FGTS. Depois da renegociação da dívida, a Caixa Econômica Federal fará a transferência dos valores diretamente aos bancos responsáveis pelos contratos. O prazo estimado para formalização das operações é de até 30 dias após a consulta do saldo disponível.

Dez dias depois do lançamento do Desenrola 2.0, a liberação de parte do saldo do FGTS para abater dívidas ainda não está disponível porque a Caixa está adaptando os sistemas. O banco também está definindo os procedimentos operacionais para que as instituições financeiras comecem a oferecer a modalidade na re-



negociação de débitos.

Além da liberação do FGTS para o Novo Desenrola, o governo informou que mais de 10,5 milhões de trabalhadores receberão, em 26 de maio, valores residuais do saque-aniversário do fundo, liberados em várias rodadas desde o fim do ano passado.

O desbloqueio adicional estimado é de R\$ 8,4 bilhões e beneficiará trabalhadores demitidos sem justa causa entre 2020 e 2025. Os depósitos serão feitos automaticamente nas contas cadastradas no aplicativo do FGTS.

Como vai funcionar
O trabalhador poderá usar até

20% do saldo do FGTS ou até R\$ 1 mil, prevalecendo o maior valor.

Será necessário autorizar, pelo aplicativo do FGTS, o acesso das instituições financeiras aos valores disponíveis.

O uso do FGTS ocorrerá somente após a renegociação da dívida dentro do programa.

Não será necessário comparecer às agências da Caixa para concluir a operação.

Poderão ser usados recursos de contas ativas e inativas do FGTS, com prioridade para contas inativas.

Quem pode aderir
Trabalhadores com renda

mensal de até R\$ 8.105;

Dívidas elegíveis incluem cartão de crédito, cheque especial e Crédito Direto ao Consumidor (CDC)

O uso do FGTS suspenderá temporariamente novos saques anuais e antecipações do saque-aniversário até a recomposição do saldo

Saque residual

O crédito residual será pago em 26 de maio

Cerca de 10,5 milhões de trabalhadores serão beneficiados. A medida atende trabalhadores que aderiram ao saque-aniversário e foram demitidos entre 2020 e 2025

Permanecerá bloqueados apenas valores vinculados a contratos de antecipação ainda ativos

Atenção ao saldo

Antes de 25 de maio, parte do saldo poderá deixar de aparecer temporariamente no aplicativo do FGTS;

Segundo o MTE, a alteração ocorrerá devido ao processamento interno necessário para liberação dos recursos;

Após o processamento, os valores residuais do saque-aniversário serão depositados automaticamente nas contas cadastradas pelos trabalhadores. (Agência Brasil)

Desemprego mais longo cai 21,7% e é o menor já registrado pelo IBGE

O número de pessoas que buscam emprego há dois anos ou mais caiu 21,7% no primeiro trimestre de 2024 em relação ao mesmo período de 2023.

Em 2025, o país tinha quase 1,4 milhões de pessoas que estavam há pelo menos 24 meses tentando uma ocupação.

sileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O patamar mínimo de pessoas à procura de trabalho também se reflete em outras duas faixas temporais.

- de mais de um mês a menos de dois anos: 3,380 milhões de pessoas em busca de vaga, recuo de 9,9% em relação ao primeiro trimestre de 2023.

A única faixa temporal que não apresenta recorde mínimo

é a de menos de um mês procurando vaga. De janeiro a março o país tinha quase 1,4 milhão de pessoas nessa situação.

A pesquisa do IBGE detalhou o contingente dos 6,6 milhões de desocupados do país nas faixas de tempo de procura:

- Menos de um mês: 21,2% dos desocupados
- Um mês a menos de um ano: 51,4%
- Um ano a menos de dois anos: 10,9%
- Dois anos ou mais: 16,5%

Mercado de trabalho dinâmico O analista da pesquisa, Willi-

am Kratochwill, aponta que os patamares mínimos de pessoas à procura de emprego nas faixas de tempo estão relacionados ao desempenho do mercado de trabalho.

"As pessoas estão gastando menos tempo para se realocar. O mercado está mais dinâmico".

No fim de abril, o IBGE já havia divulgado que a taxa de desemprego no primeiro trimestre de 2024 ficou em 6,1%, a menor da série histórica.

O pesquisador, no entanto, faz uma ressalva sobre a nova ocupação encontrada: "não necessariamente é melhora na qualidade do trabalho".

Mais conta própria A pesquisa do IBGE apura o

comportamento no mercado de trabalho para pessoas com 14 anos ou mais e leva em conta todas as formas de ocupação, seja com ou sem carteira assinada, temporário e por conta própria, por exemplo.

Pelos critérios do instituto, só é considerada desocupada a pessoa que efetivamente procurou uma vaga 30 dias antes da pesquisa.

William Kratochwill descarta que a redução do desemprego mais longo tenha a ver com o desalento, termo utilizado para definir a situação das pessoas que não procuraram trabalho por acharem que não encontrariam.

que já podemos desestimar. O mercado de trabalho tem se mostrado resistente nas contratações e na manutenção do emprego".

Ele acrescenta que o aumento no número de pessoas trabalhando por conta própria também colabora para redução do desemprego mais longo.

Leia aqui: Trabalhador por conta própria trabalha 45 horas por semana

De acordo com a Pnad, o Brasil tinha 25,9 milhões de trabalhadores por conta própria, o que representa 25,5% da população ocupada no primeiro trimestre de 2024. Nos três primeiros meses de 2024, eram 20,1 milhões de trabalhadores nessa condição. (Agência Brasil)

Grupo Dolly desiste de recuperação judicial e busca acordo com credores fora da Justiça

O Grupo Dolly, fabricante de refrigerantes, vai tentar reestruturar suas dívidas por meio de uma recuperação extrajudicial, após desistir do processo de recuperação judicial iniciado em 2018.

Em decisão da quarta-feira (13), a Justiça determinou que as empresas do grupo apresentem um plano. A mudança de estratégia ocorre após o relatório mensal de atividades de dezembro de 2023 apontar prejuízo líquido de R\$ 25,8 milhões no ano.

A recuperação extrajudicial é um mecanismo em que a empresa negocia previamente com parte dos credores antes de submeter um plano à homologação da Justiça.

Diferentemente da recuperação judicial, em que todas as dívidas do grupo (trabalhistas, com fornecedores, bancos) são renegociadas na Justiça, na extrajudicial a companhia escolhe um grupo de credores para fechar uma negociação e homologá-la depois junto ao Judiciário.

Segundo Edgar Bechara, advogado da empresa, a recuperação judicial começou sob a legislação anterior à reforma da Lei de Recuperação Judicial, aprovada em 2020. Ele afirma que o

atual modelo de recuperação extrajudicial é mais vantajoso tanto para as empresas quanto para os credores, especialmente pela redução do quórum necessário para aprovação do plano (que passou de três quintos para 50% mais um).

O advogado diz que a empresa obteve a aprovação de mais de 60% dos credores para a migração ao modelo extrajudicial. Segundo ele, o plano deve ser apresentado até o dia 19 deste mês e ainda está sendo finalizado em negociação com os credores.

A crise do Grupo Dolly começou em 2017, após acusações de sonegação fiscal que levaram ao bloqueio de bens e contas bancárias dos sócios e das empresas.

O cenário provocou uma forte crise e culminou no pedido de recuperação judicial, quando as dívidas já superavam R\$ 200 milhões. À época, o grupo enfrentou risco de paralisação das atividades, fechamento de unidades e a demissão de funcionários.

Procurado pela Folha de S. Paulo naquele período, o empresário Laerte Codonho afirmou que a recuperação judicial

foi a única alternativa encontrada para viabilizar a continuidade das operações.

Em março do ano passado, o empresário foi condenado à prisão pela Justiça de São Paulo por crime ambiental, corrupção de policiais e outros delitos. Em decisão publicada no período, foi determinado que o empresário cumpra 11 anos e quatro meses de reclusão, além de quatro anos e dez meses de detenção e o pagamento de cerca de R\$ 570 mil em multas. Outras sete pessoas também foram condenadas por envolvimento nos crimes.

Codonho negou as acusações e chamou a sentença de absurda. Bechara afirmou ainda que a Dolly tem mantido diálogo com os credores e que o processo conta com apoio de grande parte deles. Na avaliação do advogado, esse respaldo decorre da relação próxima entre os credores e a empresa, além da percepção de que a companhia teria enfrentado medidas consideradas injustas nos últimos anos.

O advogado especialista em recuperação judicial e reestruturação empresarial Claudio Montoro diz que um dos prin-

cipais debates do processo da Dolly envolveu a inclusão da EcoSolv, pertencente aos mesmos sócios, mesmo contra a vontade da empresa.

O caso chegou ao STJ (Superior Tribunal de Justiça), que reconheceu a existência de grupo econômico de fato entre a firma e as demais empresas da Dolly, apontando indícios como confusão patrimonial, coincidência de sócios, compartilhamento de funcionários, endereços e dívidas.

Segundo o especialista, como a recuperação judicial não vinha atingindo os objetivos de reestruturação do grupo, os credores aprovaram a desistência do processo e a migração para o acordo extrajudicial.

Quais são as principais diferenças entre recuperação judicial e recuperação extrajudicial?

Segundo Aislam Campos Rocco, especialista em falências e recuperações de empresas e sócio da Barroso Advogados Associados, a principal diferença está no grau de interferência do Judiciário e na forma de negociação com os credores.

Na recuperação judicial, há maior fiscalização do processo, participação obrigatória de administrador judicial, realização de assembleias de credores e suspensão das execuções contra a empresa. Já na extrajudicial, as negociações tendem a ocorrer diretamente entre empresa e credores, com menos burocracia.

Rocco afirma que a recuperação extrajudicial também costuma ser menos onerosa para as empresas. Segundo ele, a remuneração do administrador judicial é calculada com base no passivo da companhia e, em casos de grande porte, pode chegar entre R\$ 200 mil e R\$ 300 mil por mês. O especialista diz ainda que a companhia passa a carregar oficialmente a expressão "em recuperação judicial", o que pode dificultar novos negócios.

Segundo o advogado, a migração para o modelo extrajudicial tende a fazer mais sentido quando o endividamento está concentrado em grupos específicos de credores, o que facilita a negociação e a obtenção do apoio para a aprovação do plano.

O especialista adiciona que, no caso da Dolly, há particularidades relevantes. Uma delas é que o modelo adotado foi o da recuperação extrajudicial facultativa, em que o plano terá efeito apenas sobre os credores que aderirem formalmente ao acordo. Outra é a manutenção do administrador judicial mesmo na fase extrajudicial, medida incomum que, segundo ele, foi adotada devido à complexidade do caso.

O que acontece com credores, trabalhadores, fornecedores e bancos?

Segundo Rocco, a recuperação extrajudicial não suspende automaticamente ações e execuções contra a empresa, diferentemente do que ocorre na judicial. O advogado explica que, no

caso da Dolly, os processos voltam a seguir trâmites normais enquanto o plano extrajudicial é negociado e homologado. Segundo ele, os credores que aderirem ao plano terão os créditos renegociados conforme as condições acordadas. Já aqueles que optarem por não participar poderão continuar cobrando individualmente suas dívidas, com aplicação de juros e correções previstas em cada caso.

Se a recuperação extrajudicial não der certo, o que pode acontecer com a empresa depois?

Segundo Júlio Moretti, fundador da plataforma especializada em dados e inteligência analítica para processos de recuperação judicial NEOT, a extrajudicial é um modelo mais baseado em negociação direta entre empresa e credores. Por isso, ele afirma que as chances de sucesso tendem a ser maiores, já que os próprios credores participam mais ativamente da construção do acordo e conseguem avaliar com maior clareza a capacidade de pagamento da companhia.

Moretti afirma que, caso a recuperação extrajudicial não avance ou não funcione, a empresa ainda pode recorrer a outros mecanismos, incluindo um novo pedido de recuperação judicial. Segundo ele, a extrajudicial também costuma ser um ambiente menos hostil e menos desgastante para os credores. (Folhapress)

Inflação cai a 2,6% na Argentina após 10 meses seguidos de aceleração

A inflação na Argentina deu uma trégua a Javier Milei em abril e desacelerou a 2,6% após dez meses seguidos de aceleração, mostram dados divulgados pelo Indec (Instituto Nacional de Estadística e Censos) na quinta-feira (14). Trata-se de uma notícia providencial para o presidente, que enfrenta a pior tempestade política de seu mandato até agora.

Desde que chegou ao poder, o ultraliberal já havia passado por curtos períodos de aceleração do índice. Em março de 2023, por exemplo, a inflação no país vizinho cresceu em relação ao mês anterior pela segunda vez consecutiva, chegando a 3,7%, mas o número voltou a reduzir em seguida.

Em maio do ano passado, no entanto, após bater 1,5%, o mínimo do mandato de Milei, o índice começou a crescer e chegou a 3,4% no último março. O número é 17 vezes menor do que os 25,5% de inflação que a Argentina registrou em dezembro de 2023, quando o presidente argentino tomou posse, mas muito aquém de suas promessas.

Em abril, caiu para 2,6%, segundo os dados divulgados nesta quinta-feira.

O governo creditou a aceleração a três fatores principais. Primeiro, à incerteza em relação às eleições de meio de mandato de outubro do ano passado (2cu-

jos resultados, aliás, foram positivos para Milei?); depois, aos impactos no mercado de petróleo com a guerra dos Estados Unidos e de Israel contra o Irã; e, por último, ao aumento de preços na carne, na educação e no transporte. Agora, a expectativa da gestão é a de que o mercado já tenha absorvido a alta nos preços do petróleo.

A inflação é a pedra fundamental das promessas econômicas do ultraliberal e uma questão central para os argentinos. O índice ainda é um dos principais problemas do país segundo a população, mostra uma pesquisa divulgada na terça-feira (12).

De acordo com o levantamento da Universidade de San Andrés, a inflação foi mencionada por 22% dos entrevistados em maio, dos pontos a mais do que no mês anterior. Embora tenha saído dos primeiros lugares na lista desde que Milei chegou à Casa Rosada, o aumento dos preços ainda representa um ponto de atenção para o governo, especialmente em um momento de crise política como a que o ultraliberal vive.

Manuel Adorni, chefe de Gabinete do presidente, é investigado desde março, quando viagens de luxo e compras de imóveis aparentemente incompatíveis com o seu salário vieram à tona. O escândalo o tornou o ministro com maior nível de repro-

vação entre os argentinos, mas não foi suficiente para Milei o afastar de suas funções.

Na mesma época, arquivos encontrados no celular de um empresário implicaram ainda mais o ultraliberal no escândalo envolvendo uma criptomoeda. No início do ano passado, Milei divulgou a \$Libra e em sua conta na rede social X e depois recuou, fazendo o preço do ativo digital explodir e depois despencar e possibilitando lucros a investidores às custas de enormes perdas do público em geral "um tipo de manobra conhecido nesse meio".

Resta saber se a recente desaceleração será uma tendência ou apenas um respiro. O ministro da Economia da Argentina, Luis Caputo, garante que o valor é o teto do processo que começou há quase um ano. "Vamos ver a inflação diminuir e a economia crescer mais do que esperávamos", afirmou ele no mês passado. "Os próximos 18 a 20 meses serão os melhores que a Argentina já viu nas últimas décadas."

No entanto, a última Pesquisa de Expectativas de Mercado (REM, na sigla em espanhol), realizada mensalmente pelo Banco Central argentino, ajustou a expectativa de inflação de 2024 para 30,5%, longe dos 10% projetados inicialmente no orçamento. (Folhapress)

ATAS / BALANÇOS / EDITAIS / LEILÕES

PEC Energia S.A. Demonstração Financeira referente aos exercícios findos em 31 dezembro de 2023 e de 2024 (Em milhares de Reais - R\$)
Table with columns for Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração das Múltiplas do Patrimônio Líquido, and Diretoria/Contadora.

STF julga validade de lei da igualdade salarial entre homem e mulher

Distrito Federal e 15 estados têm rendimento do trabalhador recorde



O Distrito Federal e 15 estados alcançaram no primeiro trimestre deste ano um recorde no rendimento médio mensal do trabalhador. Esse grupo de 16 unidades da federação repetiu o comportamento da média nacional, que atingiu o maior valor dentro da série histórica iniciada em 2012, de R\$ 3.722.

Os dados fazem parte da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), divulgada na quinta-feira (14) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A pesquisa apura o comportamento no mercado de trabalho para pessoas com 14 anos de idade ou mais e leva em conta todas as formas de ocupação, seja com ou sem carteira assinada, temporário e por conta própria, por exemplo.

De acordo com o levantamento, o rendimento médio do trabalhador no DF foi de R\$ 6.720, patamar 81% superior à média nacional, que já havia sido atingida no dia 30 de abril.

O valor no Distrito Federal é exatante três vezes o do Maranhão, de R\$ 2.240, que mesmo sendo recorde para o estado, é o menor do país.

O destaque do DF se expli-

ca pelo grande contingente de funcionários públicos na capital federal, que conseguem uma remuneração acima da média da iniciativa privada.

A pesquisa detalha que três das cinco regiões do país atingiram recorde de rendimento médio mensal do trabalhador no primeiro trimestre deste ano:

Centro-Oeste: R\$ 4.379 (recorde)
Sul: R\$ 4.193 (recorde)
Sudeste: R\$ 4.125
Norte: R\$ 2.849
Nordeste: R\$ 2.616 (recorde)

Desemprego por UF
De acordo com o IBGE, a taxa de desocupação no país, conhecida popularmente como taxa de desemprego, ficou em 6,1% no primeiro trimestre deste ano, a menor para o período em toda a série histórica.

Pelos critérios do IBGE, só é considerada desocupada a pessoa que efetivamente procurou uma vaga 30 dias antes da pesquisa. Os agentes do instituto visitaram 211 mil domicílios em todo o país.

A pesquisa aponta que em 12 estados o desemprego fica abaixo da média nacional, com destaque para Santa Catarina, único abaixo do patamar de 3%.

(Agência Brasil)

Presidente defende restrição ao uso de IA no período das eleições

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendeu na quinta-feira (14) medidas para restringir o uso de inteligência artificial durante o período das eleições. Durante o lançamento de unidades habitacionais do programa Minha Casa, Minha Vida em Camaçari (BA), ele avaliou que a manipulação de imagens e vozes, por exemplo, pode favorecer "mentirosos".

"Eu estava na posse do presidente do Tribunal Superior Eleitoral [ministro Nunes Marques] e ele disse assim: 'Você proibiu inteligência artificial dois dias antes das eleições'. E eu achei maravilhoso", contou Lula.

"O que é inteligência artificial? É a maior evolução desse mundo digital. Posso colocar a cara do Wagner, posso colocar a voz do Wagner, mas não é o Wagner", disse. "Posso colocar a sua cara, mas não é você. Posso colocar a sua voz, mas não é você. Posso colocar a sua cara, mas não é você. Posso colocar a sua voz, mas não é você. Posso colocar a sua cara, mas não é você. Posso colocar a sua voz, mas não é você."

"Lula lembrou que o candidato, quando vence o pleito, foi eleito para representar o povo e "não pode mentir". "É melhor dizer que não pode fazer do que dizer que vai fazer e não fazer", avaliou. "É importante que a gente tenha em conta o que pode ser feito, do ponto de vista Legislativo, pra gente discutir com verdade esse negócio de inteligência artificial".

"Se a gente quiser, a gente pode fazer o Lula artificial. Fazer comício em 27 estados no mesmo dia e no mesmo horário. Eu estou lá, mas não estou. Confesso a vocês: um cidadão que aprendeu a ter caráter com a dona Lindu [mãe de Lula] não aceitará inteligência artificial para fazer campanha política", disse.

"Se tem uma coisa que um político tem que fazer é olhar nos olhos do povo e permitir que o povo olhe nos olhos dele para saber quem está mentindo. Vocês estão vendo na televisão: a verdade tarda, mas não falha. Minha mãe dizia: Mentira tem perna curta. Pode causar prejuízo", concluiu. (Agência Brasil)

gosta, que sabe que é decente, que é honesta para dar o seu filho para ser batizado?", questionou.

"Fiquei pensando o que a gente pode fazer para proibir, em época de eleição, sobre eleição, falar de inteligência artificial na política. Isso vai servir aos mentirosos. Como é mentira, posso falar todo bonito. E a política é o templo da verdade. O cara que mente na política, deveria cair a língua dele."

Lula lembrou que o candidato, quando vence o pleito, foi eleito para representar o povo e "não pode mentir". "É melhor dizer que não pode fazer do que dizer que vai fazer e não fazer", avaliou. "É importante que a gente tenha em conta o que pode ser feito, do ponto de vista Legislativo, pra gente discutir com verdade esse negócio de inteligência artificial".

"Se a gente quiser, a gente pode fazer o Lula artificial. Fazer comício em 27 estados no mesmo dia e no mesmo horário. Eu estou lá, mas não estou. Confesso a vocês: um cidadão que aprendeu a ter caráter com a dona Lindu [mãe de Lula] não aceitará inteligência artificial para fazer campanha política", disse.

"Se tem uma coisa que um político tem que fazer é olhar nos olhos do povo e permitir que o povo olhe nos olhos dele para saber quem está mentindo. Vocês estão vendo na televisão: a verdade tarda, mas não falha. Minha mãe dizia: Mentira tem perna curta. Pode causar prejuízo", concluiu. (Agência Brasil)

O Supremo Tribunal Federal (STF) iniciou na quinta-feira (13) o julgamento sobre a constitucionalidade da lei que garantiu igualdade salarial entre homens e mulheres.

O plenário analisa três ações: uma ação declaratória de constitucionalidade (ADC), protocolada pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) para garantir a aplicação da lei, e duas ações diretas de inconstitucionalidade (ADI), impetradas pela Confederação Nacional de Indústria (CNI) e o Partido Novo contra a norma.

A sessão de quinta-feira, 14, foi dedicada às sustentações das partes envolvidas nos processos. Os votos dos ministros foram proferidos na sessão de quinta-feira (14).

Em julho de 2023, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei 14.611 para obrigar as empresas a garantir a igualdade salarial entre homens e mulheres que exercem a mesma função.



A norma alterou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para definir que as empresas deverão pagar multa de dez vezes o valor do salário em caso de discriminação por motivo de sexo, raça, etnia, origem ou idade.

Além disso, a lei determina a divulgação semestral de relatórios de transparência salarial por empresas com mais de 100 empregados.

Sustentações

A advogada Camila Dias Lopes, representante do Instituto Nós por Elas, argumentou que as ações contra a lei são equivocadas.

Segundo Camila, a obrigatoriedade de divulgação de relatórios de transparência salarial e a possibilidade de punição das empresas são ferramentas necessárias para concretizar os direi-

tos fundamentais de igualdade e de não discriminação entre homens e mulheres.

"É inconcebível que mulheres recebam 20% em média a menos que homens exercendo a mesma função. É inconcebível que esta Suprema Corte, em pleno 2026, seja provocada a pleitear o óbvio", afirmou.

Márcia Barros de Lima, advogada da Central Única dos Trabalhadores (CUT), disse que a desigualdade não é acidental e se perpetua pela história. Ela ressaltou que as desigualdades enfrentadas pelas mulheres produzem efeitos no mercado de trabalho.

"Assim como as mulheres negras, outras mulheres enfrentam diariamente os atravessamentos do machismo, do etarismo, do capacitismo. Esses problemas refletem diretamente sobre as remunerações, oportunidades e sobre os sonhos", completou. (Agência Brasil)

Internet precária e falta de identificação são causas de desinformação

A falta de acesso à internet ou a conexão de baixa qualidade ainda é uma das principais dificuldades para pessoas se manterem informadas, constatou a pesquisa Dos territórios indígenas às periferias: retratos da desinformação e do consumo de notícias no Brasil, divulgada na quarta-feira (13). A falta de conexão do público com os meios de acesso à informação também distancia pessoas das mensagens.

"Mais do que melhorar formatos ou ampliar alcance, o desafio é mudar a lógica: sair de um jornalismo que só 'fala' para um jornalismo que escuta e constrói junto", identificou o levantamento, realizado pela Coalizão de Mídias Periféricas, Faveladas, Quilombolas e Indígenas.

O estudo entrevistou cerca de 1,5 mil pessoas em Santarém (PA), Recife (PE) e São Paulo (SP) e trouxe 16 recomendações para fortalecer o jornalismo e enfrentar a desinformação, além de democratizar a comunicação.

Além da dificuldade de se conectar, problema sugerido por um entre quatro entrevistados, a pesquisa mostra que quem vive nas periferias não consegue diferenciar com facilidade se uma informação é falsa (17%) e ainda relaciona a falta de tempo (16%) à dificuldade de selecionar conteúdos confiáveis.

Quem tem rotina exaustiva e múltiplas funções, caso de muitas mulheres, tem menos tempo para refletir sobre o conteúdo recebido, analisa a pesquisa.

Para enfrentar esse cenário, o estudo da Coalizão destaca

o potencial do jornalismo local, que detém a confiança da população, assim como compreende a realidade dos territórios, explicou a coordenadora do estudo, Thais Siqueira, diretora da Coalizão.

Segundo o levantamento, a maior parte dos entrevistados busca notícias para entender o que acontece no próprio bairro, (17%), depois, para tomar decisões (14%), compartilhar informações (12%), além de ter assuntos em conversas (11%).

Para isso, os meios mais acessados são os aplicativos de mensagens e redes sociais, com destaque para o WhatsApp e o Instagram.

Entretanto, há diferenças entre as regiões. Em Recife e São Paulo, há mais diversificação entre as plataformas, sites de notícias e redes sociais, enquanto em Santarém prevalece o WhatsApp, a TV aberta e rádio. A pesquisa ressaltou que a situação indica a relevância de mídias tradicionais onde o acesso digital é mais restrito.

O dispositivo mais usado pelo público pesquisado é o celular. A televisão, o computador e o rádio estão na sequência. Os meios tradicionais, ao lado dos sites, assim como pessoas conhecidas, professores e lideranças comunitárias foram reconhecidas no levantamento sobre o acesso à informação como as fontes mais confiáveis na distribuição de notícias verdadeiras.

Os influenciadores digitais estão no fim da fila, depois de grupos de WhatsApp, contrariando expectativas.



Embora os meios tradicionais sejam os mais acessíveis e confiáveis, o acesso a eles não garante o combate à desinformação. De acordo com a pesquisa, conteúdos produzidos localmente, respeitando saberes, a pluralidade de formas de expressão e "os modos coletivos de construir e validar o saber" têm mais adesão do público.

Esse cenário abre uma oportunidade para valorizar dinâmicas locais, reforça Thais.

"A confiança passa por relações, experiências e referências locais, e o jornalismo precisa dialogar com isso, em vez de ignorar", sintetiza a diretora da Coalizão.

De acordo com Thais, a pesquisa mostra que combater a desinformação não se resume à checagem de fatos. "Exige uma reorganização e inclui reconhecer e financiar os sistemas próprios de comunicação", afirmou.

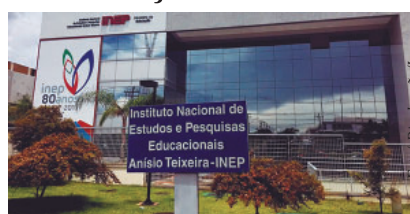
Essa é uma das 16 recomendações do estudo, que sugere também a produção de informa-

ção em formatos de áudio, vídeos curtos e conteúdos compartilháveis, facilitando o acesso de quem não tem pacote de dados de internet e acessa conteúdos nos celulares apenas pelas plataformas.

Para chegar aos resultados apresentados, a Coalizão de Mídias capacitou pesquisadores, jornalistas e comunicadores locais. Em Recife, artistas de rua e jovens mães também aplicaram questionários. Os dados foram coletados e analisados a partir de estratégia do Observatório Ibra30 e da Fundação Tide Setubal.

A Coalizão de Mídias é formada por iniciativas de cinco estados brasileiros, são elas: Periferia em Movimento (SP), Desenrola e Não Me Enrola (SP), A Terceira Margem da Rua (SP), Frente de Mobilização da Maré (RJ), Fala Rosa (RJ), Rede Tumulto (PE), Mojuibá Mídias e Conexões (BA) e Coletivo Jovem Tapajônico (PA). (Agência Brasil)

Inep recebe recursos para pedidos de isenções do Enem 2026 até dia 19



Os candidatos que tiveram negado o pedido de isenção de pagamento da taxa de inscrição do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2026 podem entrar com recurso até o dia 19 de maio. Também podem recorrer, no mesmo prazo, os estudantes que tiveram a justificativa de ausência no Enem 2025 reprovada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

O resultado dos pedidos de isenção foram publicados pelo Inep na quinta-feira (13) e estão disponíveis na Página do Participante.

O recurso deve ser apresentado na Página do Participante, com a respectiva documentação que comprove uma das situações definidas pelo MEC para solicitar a isenção do Enem 2026. De acordo com o edital, têm di-

declaração de realização do ensino médio em escola pública, histórico escolar, entre outros. A lista completa está disponível no edital.

Para entrar com recurso para a justificativa de ausência, o candidato que faltou na edição de 2025 deve enviar nova documentação. A justificativa é necessária nos casos em que o candidato foi isento da taxa na edição anterior, mas faltou às provas. Nesse caso, a justificativa é necessária para que a gratuidade possa ser concedida em 2026.

Confira aqui as justificativas. As declarações devem estar datadas e assinadas. Não serão aceitos documentos auto-declaratórios ou emitidos, por exemplo, por pais ou responsáveis dos participantes.

Se for constatado que o participante declarou informações falsas, consequindo uma isenção indevida, ele será eliminado do exame, a qualquer tempo, e deverá ressarcir à União os custos referentes à taxa de inscrição, podendo ainda responder por crime contra a fé pública.

O resultado final dos recursos será divulgado pelo Inep em 25 de maio. O instituto alerta que não enviará qualquer tipo de correspondência à residência do participante para informar o re-

sultado, que deverá ficar atento à divulgação oficial do órgão.

Após entrar com o recurso, o candidato que tiver seu pedido de isenção negado em definitivo deverá se inscrever regularmente e pagar a taxa de inscrição para ter sua participação confirmada. O edital com as regras do Enem 2026, bem como o período de inscrições e data das provas, ainda não foi publicado.

A inscrição no Enem é obrigatória para todos os participantes, mesmo para quem teve a isenção aprovada.

O Enem avalia o desempenho escolar dos estudantes no término da educação básica. A prova é considerada a principal forma de entrada na educação superior, por meio de programas federais como o Sistema de Seleção Unificada (Sisu), o Programa Universidade para Todos (Prouni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). As instituições de ensino públicas e privadas usam os resultados destas provas para selecionar estudantes.

Desde o ano passado, o Enem voltou a ser aceito para certificação do ensino médio, no caso dos candidatos com 18 anos completos que alcançaram a pontuação mínima em cada área do conhecimento e na redação. (Agência Brasil)